

Cooperativa de Crédito- Sicoob Aliança

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente

CARTA DE REPRESENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Apucarana/PR, 03 de fevereiro de 2017.

À
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Alameda Dr. Carlos de Carvalho N° 417 - 10º andar - Curitiba - PR

Prezados Senhores:

Esta carta de representação é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança (a "Cooperativa") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com o objetivo de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Confirmamos que, com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações internas que consideramos necessárias com a finalidade de nos informarmos apropriadamente:

Demonstrações financeiras

- Cumprimos nossas responsabilidades, conforme definidas na carta de contratação de auditoria datada de 23 de março de 2010, pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em particular, que as demonstrações financeiras foram adequadamente apresentadas de acordo com a referida estrutura de relatório financeiro;
- Todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras;
- Os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis, inclusive aquelas avaliadas pelo valor justo, são razoáveis;
- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados;

Representações formais adicionais sobre as demonstrações financeiras

A seleção e aplicação das políticas contábeis são apropriadas.

Os seguintes assuntos foram reconhecidos, mensurados, apresentados ou divulgados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil:

- planos ou intenções que podem afetar o valor contábil ou a classificação dos ativos e passivos;
- passivos efetivos e contingentes;
- titularidade ou controle sobre ativos, os gravames ou ônus sobre os ativos, assim como ativos oferecidos como garantia; e
- aspectos de leis, regulamentos e acordos contratuais que podem afetar as demonstrações financeiras, inclusive o não cumprimento desses aspectos.

Informações fornecidas

- Nós lhes fornecemos:

(1) acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros e documentação e outras;

(2) informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria; e

(3) acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.

Comunicamos também a V. Sas. todas as deficiências no controle interno de que temos conhecimento.

Fraude e não conformidade com leis e regulamentos

- Reconhecemos nossa responsabilidade pelo planejamento, implementação e manutenção do controle interno para evitar e detectar fraude;
- Divulgamos a V. Sas. os resultados da nossa avaliação de risco de que as demonstrações financeiras podem conter distorções relevantes decorrentes de fraude;
- Divulgamos a V. Sas. nosso conhecimento sobre a suspeita ou ocorrência de fraude afetando a entidade, envolvendo:

(1) a administração;

(2) empregados com funções significativas no controle interno; ou

Litígios e reclamações

Divulgamos a V. Sas.:

(i) o nome de todos os consultores jurídicos internos ou externos que cuidam de litígios, reclamações de impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a empresa, bem como de qualquer outro fato

BLAMIR MACHADO ADVOGADO ASSOCIADOS

(ii) todos os reais ou possíveis litígios e reclamações conhecidos, cujos efeitos devem ser levados em consideração durante a elaboração das demonstrações financeiras;

Adicionalmente, informações que esses assuntos foram adequadamente contabilizados e divulgados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas encontram-se, nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração. Tais demonstrações financeiras, submetidas à auditoria de V. Sas., podem ser identificadas pelas seguintes contas:

TOTAIS	31/12/2016	31/12/2015
Ativo	218.750	195.251
Passivo	183.961	164.732
Patrimônio Líquido	34.789	30.519
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	218.750	195.251
Sobras ou Perdas Acumuladas	1.371	2.587

* valores em milhares de Reais

Essas contas estão de acordo com os livros da Cooperativa e demonstrações financeiras transcritas no Livro Diário e também concordam com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins.

Atenciosamente,

José Bernardino de Seixas
Diretor Superintendente
CPF: 350.072.909-16

Marcio da Silva Coracini
Diretor Administrativo Financeiro
CPF: 510.738.200-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício queremos prestar contas aos Senhores Associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no ano de 2016 na Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança.

Senhores Associados

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança, na forma da Legislação em vigor.

1. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o Sicoob Aliança obteve resultado de R\$ 1.371 mil (um milhão trezentos e setenta e um mil) representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 3,94%.

2. Ativos

No exercício de 2016, os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 96.163 mil (noventa e seis milhões e cem e sessenta e três mil). Por sua vez, a carteira de crédito representava R\$ 112.371 mil (cento e doze milhões, trezentos e setenta e um mil). Em comparação ao exercício de 2015, observa-se um decréscimo de 0,19%.

3. Captação

As captações em 31/12/2016 eram da ordem de R\$ 159.133 mil (cento e cinquenta e nove milhões e cento e trinta e três mil), havendo uma evolução em relação ao exercício de 2015 de 16,13%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

DEPÓSITOS 159.133
Depósitos à Vista 31.821
Depósitos a Prazo 127.312

4. Patrimônio Líquido

Em 31/12/2016, o Patrimônio Líquido do Sicoob Aliança era de R\$ 34.789 mil (trinta e quatro milhões, setessentos e oitenta e nove mil), representando uma evolução de 13,99%, em comparação ao exercício anterior. O quadro de associados era composto por 7.753 cooperados.

5. Política de Crédito

A Política de Crédito, também chamada, por alguns autores, de Padrões de Crédito, tem como objetivo básico orientar, de forma uniforme, as decisões de crédito.

No Sicoob Paraná a Política de Crédito é utilizada nos deferimentos de operações e nos planejamentos estratégicos e negociais das Cooperativas Singulares para com seus Associados.

Para garantir rentabilidade em crédito com segurança, as Cooperativas de Crédito definem orientações na forma de políticas. As políticas de crédito compreendem, assim, um conjunto de macro orientações que visam garantir padrões de desempenho em crédito compatíveis com a boa técnica de mercado.

O Sicoob Aliança adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682.

6. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob Aliança

6.1 - Risco Operacional

6.1.1 O gerenciamento do risco operacional do Sicoob Aliança objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

6.1.2 Conforme preceita o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Aliança aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

6.1.3 O processo de gerenciamento do risco operacional está estruturado com base no preenchimento de Listas de Verificação de Conformidade (LVC), baseadas na metodologia Controll Self Assessment (CSA), processo por meio do qual, sob a responsabilidade da Diretoria Executiva e a coordenação do Agente de Controle Interno e Risco, são identificadas situações de risco que são avaliadas quanto ao impacto e à probabilidade de ocorrência, de forma padronizada.

6.1.4 Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, pelo Agente de Controle e Risco.

6.1.5 Da mesma forma, perdas operacionais ocorridas têm as causas e as ações de mitigação identificadas, sendo as informações devidamente registradas em sistema informatizado, para acompanhamento pelo Agente de Controle e Risco.

6.1.6 Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o Sicoob Aliança possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

6.2 - Risco de Mercado

6.2.1 O gerenciamento do risco de mercado do Sicoob Aliança objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007.

6.2.2 Conforme preceita o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Aliança aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

6.2.3 No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira em trading e banking, de mensuração do risco de mercado (Value at Risk – VaR), de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).

6.2.4 Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento, por parte do Agente de Controle e Risco.

6.2.5 Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado, o Sicoob Aliança possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

6.3 - Risco de Crédito

6.3.1 O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Aliança objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

6.3.2 Conforme preceita o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Aliança aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

6.3.3 Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

6.3.4 Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Aliança possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

7. Agradecimento

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e pela confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Apucarana/PR, 03 de fevereiro de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Balanço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	185.289	165.706	Circulante	180.558	154.251
Disponibilidades (Nota 4)	1.428	2.122	Depósitos (Nota 9)	159.133	137.035
Relações interfinanceiras (Nota 4)	96.163	72.327	Depósitos à vista	31.821	29.038
Operações de crédito (Nota 5)	85.568	89.591	Relações interdependências (Nota 11)	3.185	6.189
Operações de crédito	90.958	93.961	Relações interfinanceiras (Nota 10)	13.719	6.089
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(5.390)	(4.370)	Outras obrigações	4.521	4.938
			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	27	21
Outros créditos	1.786	1.234	Sociais e estatutárias	1.048	1.136
Créditos a vencêr	72	56	Fiscais e previdenciárias	359	337
Rendas a receber	1.184	903	Diversas (Nota 11)	3.087	3.444
Diversos (Nota 6)	795	455	Exigível a longo		

...continuação da página anterior.

Em 1º de janeiro de 2016	19.762	8.171	2.587	30.520
Destinação das sobras acumuladas				
Distribuição de sobras (Nota 13)	1.537	587	(2.587)	(463)
Integralizações de capital (Nota 13)	1.362			1.362
Baixas de capital (Nota 13)	(1.783)			(1.783)
Sobras do exercício			5.668	5.668
Destinações legais e estatutárias				
FATES - legal (Nota 13)			(125)	(125)
FATES - ato não cooperativo (Nota 13)			(296)	(296)
Fundo de reserva (Nota 13)		997	(307)	
Juros ao capital próprio (Nota 13)	2.847		(2.879)	(32)
IRRF s/ juros ao capital próprio (Nota 13)	(62)			(62)
Em 31 de dezembro de 2016	23.663	9.755	1.371	34.789

Em 1º de julho de 2016	20.882	8.758	2.415	32.155
Integralizações de capital (Nota 13)	909			909
Baixas de capital (Nota 13)	(913)			(913)
Sobras do semestre			1.895	1.895
Destinações legais e estatutárias				
FATES - legal (Nota 13)			(125)	(125)
FATES - ato não cooperativo (Nota 13)			(295)	(295)
Fundo de reserva (Nota 13)		997	(997)	
Juros ao capital próprio (Nota 13)	2.847		(1.522)	1.325
IRRF s/ juros ao capital próprio (Nota 13)	(62)			(62)
Em 31 de dezembro de 2016	23.663	9.755	1.371	34.789

Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Semestre findo em 31 de dezembro	Exercício findo em 31 de dezembro	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2016	2015	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Sobras do semestre/exercício	1.895	5.668	7.187	
Ajustes as sobras líquidas	6.207	8.322	4.522	
Despesas de depreciação e amortização	281	551	512	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.907	7.723	3.889	
Provisão para contingências	19	48	121	
Variações patrimoniais	11.810	11.111	14.837	
Operações de crédito	824	(3.674)	(22.864)	
Relações interfinanceiras e interdependências	933	(2.451)		
Outros valores e bens	37	88		
Outros créditos	(339)	(552)	(682)	
Depósitos	10.423	22.099	31.109	
Outras obrigações	(842)	(417)		
Outros ativos e passivos, líquidos	774	(3.982)	(7.274)	
Caixa líquido gerado aplicado pelas atividades operacionais	19.912	25.101	26.546	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	(2)	(2)	-	
Aquisição de imobilizado	(319)	(600)	(626)	
Aplicação no intangível	(28)	(53)	(61)	
Caixa líquido gerado aplicado pelas atividades de investimentos	(349)	(655)	(687)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Variações patrimoniais	909	1.362	831	
Aumento de capital	(913)	(1.783)	(1.039)	
Baixas de capital		(463)		
Sobras ou perdas acumuladas		(421)		
Fates	(421)	(421)		
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	(425)	(1.305)	(208)	
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	19.138	23.141	25.651	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	78.453	74.450	48.798	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	97.591	97.591	74.449	

Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança ("Cooperativa") é uma Cooperativa de crédito singular, filiada à Central das Cooperativas de Crédito Unicob - Sicoob Central Unicob ("Sicoob Central Unicob"). A cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 18 de junho de 2004 e tem por objetivos principais:

- proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;
- prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e
- estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao Estatuto Social, e às normas internas do sistema Sicoob.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/05 e nº 12.024/09) e as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15.
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

A divulgação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2016.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração das sobras ou perdas

As sobras ou perdas são apuradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração das sobras ou perdas do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e contribuição social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Relações interfinanceiras

Composta por depósitos interfinanceiros junto à Sicoob Central Unicob, os saldos são evidenciados acrescidos da atualização mensal dos valores de acordo com a aplicação da taxa de juros praticadas para cada aplicação.

(d) Demais instrumentos financeiros

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

(e) Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para o Sicoob Central Unicob, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo.

(f) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas *pro rata temporis* até a data do balanço.

(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
A vencer ou até 14 dias	AA
Até 15 dias	A
De 16 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(i) Permanente</h5

...continuação da página anterior.

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 98,43% (2015 – 99,85%) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a Cooperativa filiada mantinha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 10.949 (2015 - R\$ 7.414), respectivamente, registrada no grupo "Outras receitas operacionais da demonstração das sobras ou perdas" (Nota 17).

5 Operações de crédito

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

		2016	2015		
		Circulante	Longo prazo	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	72.701	27.033	99.734	95.268	
Financiamentos	1.823	555	2.378	5.708	
Financiamentos rurais agroindustriais	16.434	2.197	18.631	16.093	
Avalias e Fianças	71	-	71	-	
Carteira total	90.958	29.785	120.814	117.069	

A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, das operações de empréstimos e financiamentos é de 25,52% ao ano, proporcionando uma receita de R\$ 30.820 nesse exercício (2015 - R\$ 27.111 e a remuneração média foi de 24,08% ao ano) registrado na rubrica "Operações de crédito" da demonstração de sobras e perdas.

Níveis de risco

Nível AA	4.320	14.812	-	-
Nível A	48.449	56.012	242	228
Nível B	37.182	34.259	372	343
Nível C	18.470	6.390	554	192
Nível D	1.705	728	170	73
Nível E	4.207	447	1.262	134
Nível F	882	1.029	441	515
Nível G	706	1.305	494	913
Nível H	4.893	2.087	4.893	2.087
120.814	117.069	8.428	4.485	

(c) Movimentação da provisão de crédito para liquidação duvidosa:

	2016	2015
Saldo no início do período	4.485	4.223
Constituição	69.257	3.889
Reversão	(65.314)	(3.627)
	8.428	4.485

(d) Coobrigações em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Garantias prestadas em operações de associados - carta aval/fiança	9.053	7.538

Nas garantias prestadas estão inclusas os avais e fianças prestadas pela Cooperativa, não constituídos por dinheiro, onde a mesma se torna responsável perante aos terceiros pelos avais e fianças prestados.

(e) Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica

	2016	2015
Cliente		
Pessoa física	8.035	16.901
Pessoa jurídica	87.839	79.156
Produtor rural (PF)	16.597	15.419
Produtor rural (PJ)	8.343	5.593
	120.814	117.069

(f) Distribuição por faixa de vencimento

	2016	2015
Faixas de vencimento		
Operações vencidas		
Até 30 dias	4.087	581
Entre 31 e 60 dias	251	237
Entre 61 e 90 dias	250	163
Entre 91 e 120 dias	263	233
Entre 121 e 150 dias	445	603
Entre 151 e 180 dias	439	325
Entre 181 e 240 dias	422	186
Entre 241 e 300 dias	74	207
Entre 301 e 360 dias	248	80
Entre 361 e 540 dias	22	18
Acima de 540	3	
	6.501	2.636

	2016	2015
Operações a vencer		
Até 30 dias	15.384	22.824
Entre 31 e 60 dias	11.827	9.512
Entre 61 e 90 dias	6.777	8.095
Entre 91 e 180 dias	17.160	20.468
Entre 181 e 360 dias	33.259	30.588
Entre 361 e 720 dias	14.579	16.326
Entre 721 e 1.080 dias	10.073	3.839
Entre 1.081 e 1.440 dias	4.077	1.859
Entre 1.441 e 1.800 dias	862	788
Entre 1.801 e 5.400 dias	315	134
Vencer prazo indeterminado (Limites de crédito e cheques especiais)		-
	114.313	114.433
	120.814	117.069

(g) Operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas

	2016	2015
Operações		
Renegociadas	8.732	8.672
Lançadas contra prejuízo	3.760	3.493
Recuperadas de prejuízo	925	855

6 Outros créditos - diversos

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	20	24
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	90	93
Devedores por depósitos em garantia	30	
Impostos e contribuições a compensar	395	
Impostos e contribuições a recuperar	1	197
Pagamentos a ressarcir	-	2
Títulos e créditos a receber	209	129
Devedores no País	51	10
	796	455

7 Outros valores e bens

(a) Bens não de uso

	2016	2015
Bens não de uso próprio	770	487
(-) Provisão para desvalorizações	(453)	(73)
	317	414

(b) Despesas antecipadas

	2016	2015
Prêmios de seguros	23	18
Outros	4	
	27	18

8 Permanente

(a) Investimentos

	2016	2015
Participação na Sicoob Central Unicoob (*)	4.601	4.601
Participação na Administradora de Consórcios Sicoob Paraná	1	1
Participação na Unicoob Gestão de Ativos	2	-
	4.604	4.602

(*) Participação referente a 5,89% (2015 – 4,40%) do capital social da Sicoob Central Unicoob em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houve integralização de capital Unicoob Gestão de Ativo R\$ 2 (2015 – R\$ 1).

(b) Imobilizado

	2016					
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final	Taxa de depreciação - %
Imobilizações em curso	3	308	(3)	(79)	690	10
Instalações	652	145	(1)	(98)	699	10
Móveis e equipamentos de uso	39	9	-	(

...continuação da página anterior.

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-parte de valor unitário equivalente a R\$ 1 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-parte. O capital social e número de associados estão assim compostos:

	2016	2015
Capital social - milhares de reais	23.663	19.762
Número de associados	7.753	7.311

(b) Integralizações e baixa de capital

Representam o ingresso de novos associados com integralização de cotas-parte e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado no total de R\$ 1.362 (2015 – R\$ 831) e R\$ 1.783 (2015 – R\$ 1.039), respectivamente, referente ao exercício de 2016.

(c) Fundo de reserva

O fundo de reserva das Cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Para a Cooperativa, o percentual utilizado é de no mínimo 40% das sobras líquidas do exercício, conforme o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram constituídos R\$ 997 (2015 – R\$ 1.882).

(d) FATES

De acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as Cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio do Estatuto Social. Em 31 de dezembro de 2016 foi constituído FATES no valor de R\$ 125 (2015 – R\$ 235). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi constituído R\$ 295 (2015 – R\$ 194) relativo a atos não cooperativos.

(e) Juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa destinou a título de juros sobre o capital próprio o valor de R\$ 2.879 (2015 – R\$ 2.289), desses R\$ 2.847 (2015 – R\$ 2.228) foi destinado para aumento de capital e o restante para pagamento.

O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-parte do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento dos juros foi incorporado às cotas de capital.

(f) Destinação do resultado acumulado

Na Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2016, foi aprovada a destinação das sobras de R\$ 2.587 referentes ao exercício de 2015, sendo R\$ 1.537 para integralização do capital social, R\$ 1 capital a devolver, R\$ 587 para fundo de reserva e R\$ 462 para pagamento aos cooperados via conta corrente, proporcionalmente às operações por eles realizadas no exercício de 2015.

(g) Sobras ou perdas do exercício após destinações

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 após apuração das Sobras ou Perdas, foi realizado as destinações conforme previsto na legislação e estatuto social.

	2016	2015
Sobra ou Perdas do exercício – Antes das Destinações	5.668	7.187
Destinações	(4.297)	(4.600)
Fates – Legal	(125)	(235)
Fates – Legal (nota 13d)	(296)	(194)
Reserva de Lucro	(997)	(1.882)
Juros ao Capital	(2.879)	(2.289)
Sobra ou Perdas do Exercício	1.371	2.587

14 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Semestre findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2016	2016	2015
Rendas de serviços bancários	1.524	2.873	2.562	
Rendas de tarifas bancárias	1.705	3.462	2.880	
Outras receitas diversas	504	909	1.001	
Total	3.733	7.244	6.443	

O item outras receitas diversas apresenta saldo de R\$ 909 (2015 – R\$ 1.001), sendo que deste valor, R\$ 164 (2015 – R\$ 331) refere-se a rendas recebidas do Bancoob e R\$ 1 (2015 – R\$ 415) refere-se a rendas comissão de intercâmbio cabal.

15 Despesas de pessoal

	Semestre findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2016	2016	2015
Honorários pagos a diretores e conselheiros	557	1.012	921	
Proventos	1.715	3.493	2.994	
Encargos sociais	641	1.247	1.179	
Benefícios	670	1.289	1.126	
Treinamentos	0	2	1	
Remuneração a estagiários	18	40	39	
Total	3.601	7.083	6.260	

16 Despesas administrativas

	Semestre findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2016	2016	2015
Outras despesas administrativas	186	378	572	
Despesa da central	619	1.348	1.148	
Mensalidades diversas	8	14	31	
Serviços do Sistema financeiro	1.492	2.976	2.638	
Aluguéis	306	602	510	
Serviços de terceiros	284	554	684	
Processamento de dados	211	437	393	
Serviços de vigilância e segurança	255	578	598	
Depreciação	190	369	317	
Despesa de comunicações	218	443	415	
Amortização	91	182	196	
Transporte	478	926	378	
Material	58	112	124	
Propaganda e publicidade	39	78	60	
Serviços técnicos especializados	118	217	108	
Seguros	21	52	51	
Água, energia e gás	63	163	161	
Promoções e relações públicas	15	37	93	
Manutenção e conservação de bens	79	97	33	
Viagem no País	102	177	58	
Publicações	2	2	15	
Viagem ao exterior	-	-	1	
Total	4.835	9.742	8.584	

17 Outras receitas operacionais

	Semestre findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2016	2016	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	620	557	198	
Ingressos de depósitos intercooperativos	6.055	10.949	7.414	
Outras rendas operacionais	296	527	43	
	6.971	12.033	7.655	

18 Outras despesas operacionais

	Semestre findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
2016	2016	2016	2015	

<tbl_r cells="4" ix="2" maxcspan="1" maxrspan="1" usedcols="4

...continuação da página anterior.

- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sistema Sicoob;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

José Bernardino de Seixas
Diretor Superintendente
CPF: 350.072.909-63

Marcírio da Silva Coracini
Diretor Administrativo Financeiro
CPF: 510.738.200-25

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras



Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados
Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro Norte do Paraná - Sicoob Aliança em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos - Informações suplementares relativas ao segundo semestre de 2016

Conforme Resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional - CMN, as demonstrações financeiras das cooperativas de crédito singulares relativas ao primeiro semestre do exercício social estão dispensadas da necessidade de auditoria independente. Consequentemente, as informações financeiras suplementares da Cooperativa relativas ao segundo semestre de 2016, apresentadas em conjunto com os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram objeto específico de auditoria e estão sendo apresentadas como informação suplementar. Não obstante, os procedimentos de auditoria realizados nos permitiram emitir opinião sem modificação sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme descrito na seção intitulada "Opinião".

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 3 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PR

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP17089/O-3 "S" PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Apucarana/PR, 03 de fevereiro de 2017.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito - Sicoob Aliança e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Respetivo Parecer dos Auditores Independentes, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Com base nos nossos exames e no Parecer da Auditoria Independente, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos associados.

Atenciosamente,

Antonio Santini
Conselheiro

Valdir Rodrigues dos Santos
Conselheiro

Marcos Antonio Paredes Scandalo
Conselheiro

Prefeitura do Município de Apucarana
Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais
Centro Cívico de Apucarana, nº 25 - CEP 86.800-380 - APUCARANA - PR
APUCARANA
Prefeitura à Cidade

DECRETO N° 109/2017

Súmula: Reajusta as Tabelas de Vencimentos do Quadro de Pessoal Permanente do Magistério do Município de Apucarana, conforme Lei Municipal nº 005/2017, de 22 de fevereiro de 2017, como específica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, Dr. CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 005/2017, de 22 de fevereiro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Reajusta a partir de 1º de fevereiro de 2017, as Tabelas de Salários do Quadro Pessoal Permanente do Magistério do Município de Apucarana, constantes dos Anexos IV, V, VI e VII, da Lei Municipal nº 080/02, de 30 de dezembro de 2002, com fundamento na Lei Municipal nº 005/2017, de 22 de fevereiro de 2017, em conformidade com o Anexo I que faz parte integrante desse Decreto.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando este Decreto em vigor na data de sua publicação e retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2017.

Município de Apucarana, em 10 de março de 2017.

Dr. Carlos Alberto Gehrman Preto
(Beto Preto)
Prefeito Municipal

ANEXO I

DECRETO N° 109/2017 DE 10/03/2017

QUADRO FINANCEIRO DE NÍVEIS DE VENCIMENTO

PROFESSOR:	MA	IP	PG
01	1358,16	1629,77	1810,86
02	1385,30	1662,34	1847,08
03	1412,97	1695,63	1883,98
04	1441,22	1729,48	1921,68
05	1470,03	1764,10	1960,10
06	1496,46	1799,38	1999,36
07	1525,45	1835,32	2039,31
08	1560,04	1872,04	2080,08
09	1591,24	1909,54	2121,68
10	1623,04	1947,71	2154,11
11	1655,51	1986,65	2207,37
12	1688,66	2026,38	2251,58
13	1722,42	2066,92	2296,59
14	1756,91	2108,22	2342,55
15	1792,03	2150,41	2389,41

PROFESSOR JORNADA 40 HORAS:			
NÍVEL	MA	IP	PG
01	2.716,29	3.259,59	3.621,72
02	2.770,59	3.324,68	3.694,20
03	2.825,97	3.391,20	3.768,03
04	2.882,50	3.459,02	3.843,38
05	2.940,08	3.528,17	3.920,23
06	2.998,98	3.598,71	3.998,67
07	3.058,94	3.670,69	4.078,60
08	3.120,12	3.744,08	4.150,17
09	3.182,49	3.819,06	4.243,37
10	3.246,07	3.895,47	4.328,24
11	3.311,07	3.973,31	4.414,81
12	3.377,34	4.052,77	4.503,03
13	3.444,89	4.133,83	4.593,19
14	3.513,82	4.215,77	4.685,12
15	3.584,05	4.300,88	4.778,84

CARGO EM EXTINÇÃO:			
NÍVEL	MA+EA	MA+EA	MA+EA
01	1493,94	1561,86	
02	1523,81	1593,09	
03	1554,32	1624,94	
04	1585,35	1657,42	
05	1617,08	1690,58	
06	1649,38	1724,38	
07	1682,36	1758,86	
08	1715,97	1794,09	
09	1750,35	1	